

Todas as Janelas

por Leopoldo Nunes, presidente da ABD nacional

Nos ares de Curitiba, Gustavo Dahl e eu conversávamos sobre políticas para o cinema brasileiro quando, distraidamente, começamos a falar de curta. Devemos fazer um grande projeto de marketing para o cinema brasileiro com o curta, pois tem quantidade, qualidade, é o produto jovem que falta à produção nacional, é produzido em todo o país, é diverso, e deve ser inserido em todas as janelas, dizia ele. A produção nós já temos, podemos entrar no cabo, na TV aberta, na rede pública, nas salas, no home-video. O importante é gerar uma economia, tanto para o produtor, quanto para o distribuidor e o exibidor, eu dizia. Além do que, o curta é rápido, ágil, tem a performance adequada para os tempos da internet, refletimos em alto volume.

Como tem hippie em Curitiba. Com ventos de inverno, caminhamos horas naquela bela cidade. Descendo um calçadão inesquecível em direção ao Teatro Guaíba formulamos um plano de redenção do cinema nacional. Com um movimento qualquer de escoamento dos filmes nas TVs e nas salas, a produção de curtas pode aumentar significativamente. Além do mais, se o realizador tiver a certeza de que seu filme pode ter como destino a exibição em salas de cinema de todo o país e diversos canais de televisão, buscará aprimorar seu trabalho, para atingir o maior público possível. Passará a ter sentido integral: produção, distribuição e exibição = cultura + mercado. Paramos pra um chopp.

Mas como se daria a distribuição com todas estas janelas abertas? Imaginamos se começássemos pelo mercado de salas. Um terço de 1.500 salas, 500 salas espalhadas deste país imenso, para serem programadas em dobradinha curta-longa estrangeiro. O grande distribuidor tem de entrar, senão não dá certo. E o CTAV? O CTAV é uma outra

Congresso, assistidos pela Tânia Leite. Uma reunião informal, onde discutiríamos formas. Gustavo apresenta a questão, a necessidade de encarar o curta de uma nova maneira, sendo que a exibição em salas é a janela mais nobre, impreterível: cinema no cinema. Ugo concorda que deve-se pensar um projeto, os exibidores aceitam entrar desde que participem da elaboração do mesmo. Lembra que estaremos entrando numa seara completamente inédita, sem parâmetro em parte qualquer do planeta. Marco Aurélio explicita detalhadamente a complexidade logística da distribuição de curtas. É complicado. Como se programaria com sucesso e eficiência, digamos, um terço das 1.500 salas existentes. O custo é caro e quem pagará a conta? Pondero que o curta é mercado futuro, e que neste projeto as questões mais importantes são formar público e criar uma economia, para produtores, distribuidores e exibidores. Tudo bem, vamos atrás da televisão, mas teremos de estar com boa presença nas salas. Como seria, então, a exibição, considerando a hipótese de o curta não ser exibido antes do longa estrangeiro? Para distribuidores e exibidores, a constituição de programas com 4 ou 5 filmes facilitaria muito a logística para chegarmos às salas. Isto significaria sacrificar o propósito ideológico de o curta ser uma cunha de cinema brasileiro antes do longa estrangeiro. Assim como tirar a remuneração do curta de percentuais do bilhete. Polêmica. Por outro lado, com um acordo nesta linha, ganharíamos o compromisso do exibidor, sua garantia para o sucesso da “nova lei do curta”. E quem pagaria a conta? “E o artigo 3o, Leopoldo?“, atinge-me Gustavo Dahl. O artigo 3o da Lei do Audiovisual prevê uma nova referência de impostos sobre toda atividade audiovisual, incluindo Tvs e novas mídias.

história. CDI, Riofilme, Dinafilmes, de algum jeito não existem mais. Surgirão novos distribuidores, em vários pontos do país. Mas distribuidor de curta, e pequeno, não tem chance. Como não? Esta é a tendência. Nós precisamos de um grande distribuidor. Pode até ter os pequenos, naturalmente. Mas só teremos força se estivermos unidos em torno de uma grande distribuidora. Mas ela distribuirá para televisão? Não sei, isso é coisa para o distribuidor responder. Pensamos no Marco Aurélio Marcondes, o melhor quadro de distribuição do Brasil e simpatizante do movimento. Decidimos que iríamos ao Marco Aurélio. Um palhaço animava o calçadão de Curitiba brincando com a multidão que passava. Centenas de pessoas paravam à nossa volta para rir. Tomamos mais um chopp e nos despedimos, sem saber que nos encontraríamos 3 dias depois.

Estou em plena reunião com a ABD&C no Rio de Janeiro discutindo a idéia do *Projeto Curta*. Tendemos, em maioria, a defender o projeto ideal. Este princípio guerreiro é que fez e faz da ABD uma associação de classe respeitada. Ressaltei a importância da adesão do Gustavo Dahl na causa, sua experiência, seu conhecimento do mercado, e sua visão sobre a questão. Ligo para o Gustavo no meio da reunião convidando-o a discutir o projeto com a ABD&C. Ele topa. Marcamos para dois dias depois, reunião extraordinária.

Quarta-feira, 10/05/99. Vou para Santa Teresa ao encontro do Gustavo. Duas reuniões nos espera, uma com Marco Aurélio e outra na ABD&C. Gustavo encerraria suas atividades do 3o Congresso para seguirmos. Ele não sai do telefone: responde à uma entrevista, liga para fulano e cicrano, lê os fax e e-mails que não cansam de chegar, mas chega nossa hora. Encaramos a muvuca carioca com destino à Cinelândia. Nossa chegada estava anunciada.

Marco Aurélio nos aguardava juntamente com o presidente da Feenec (a federação nacional dos exibidores), pra minha surpresa. De repente, estava no meio de uma reunião a ABD, distribuidor e exibidor, intermediados pelo presidente do 3o

Será criado um fundo onde parte dele será para garantir a produção cinematográfica. Porque não parte desse fundo (10%) vir a financiar a produção, distribuição e distribuição de curtas, podendo ser oferecido ao público nas salas comerciais com ingresso subsidiado? O ingresso para o *Gladiator* custa 10. Na sala ao lado, no mesmo shopping, a sessão de curta custa 2. Neste caso, o distribuidor distribui, o exibidor exhibe, e os realizadores produzem, sendo devidamente remunerados para poderem tentar uma nova aventura no cinema de curta metragem. Reunião histórica, que estamos dando sequência em discussões entre as ABDs na maioria dos estados nacionais.

Eu e Gustavo saímos contentes com o encontro, e chegamos atrasados na ABD&C, onde um amplo público nos aguardava. Falamos um montão, discutimos muito, mas a maioria entendeu que é um caminho que pode ser viável. Nada está fechado, nem um acordo está feito. Tudo não passou de uma simples conversa, onde avançamos 10 anos, no mínimo, numa questão que tornou-se uma verdadeira guerra entre setores do cinema brasileiro. No dia seguinte estava eu de volta à São Paulo, convocando a ABD paulista para discutir a idéia. Na semana seguinte, a discutimos com a ABCV, em Brasília. Chegaremos ao 3o Congresso, com uma posição discutida entre as ABDs sobre esse projeto, definindo uma proposta que envolva distribuidores, exibidores e governo. Devo ressaltar a disposição do governo, através do secretário José Álvaro Moisés, de articular este entendimento entre as partes.

O único problema é que, tirando as ABDs, o Gustavo Dahl e o Marco Aurélio, poucos setores tem esta visão cultural e mercadológica do curta brasileiro. Se o grande álibi para o financiamento do longa metragem é sua importância cultural, deixemos o conservadorismo de lado e reconhecamos este cineminha que produzirá 250 títulos no ano 2000. Ainda que estejamos no início de um processo, numa fase de debates entre as ABDs, já se pode sentir que novos tempos para o curta brasileiro se anunciam.